

Lifemed Industrial
de Equipamentos
e Artigos
Médicos e
Hospitalares S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	10
Notas explicativas às informações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da
Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.
Pelotas - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas



contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas



evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de março de 2017

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC SP-023228/F-5

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP244525/O-9-T-RS

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.670	1.140	1.895	1.704	Fornecedores	15	4.674	3.206	4.684	3.523
Aplicações financeiras	6	1.052	5.097	1.054	5.097	Empréstimos e financiamentos	17	28.735	25.733	28.735	28.590
Contas a receber de clientes	8	23.824	18.177	23.824	19.285	Duplicatas descontadas		2.816	-	2.816	-
Impostos a recuperar	11	7.790	6.327	7.830	7.645	Instrumentos financeiros derivativos	26	10	-	10	-
Estoques	9	24.046	25.744	24.046	26.819	Adiantamentos de clientes		286	2.024	286	2.024
Adiantamentos a fornecedores	10	9.978	11.447	9.979	11.453	Obrigações sociais e trabalhistas	18	4.998	2.776	5.013	2.876
Outros créditos		561	282	570	290	Obrigações fiscais e tributárias		1.844	631	1.847	698
		68.921	68.214	69.198	72.293	Outras contas a pagar		395	1.042	395	142
								43.758	35.412	43.786	37.853
Não circulante						Não circulante					
Impostos a recuperar	11	6.321	4.135	6.321	4.135	Empréstimos e financiamentos	17	27.838	22.768	27.838	22.785
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	6.397	2.327	6.397	2.327	ICMS diferido a recolher	28	11.064	10.570	11.064	10.570
Aplicações financeiras	7	1.511	-	1.511	-	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	20	455	455	455	455
Outros créditos		186	1.478	186	545	Provisão perda de investimento	12	-	808	-	-
Investimento em controlada	12	1.630	3.089	-	-	Adiantamento de cliente		24	-	23	-
Imobilizado	13	61.736	60.059	61.779	60.133	Outras contas a pagar		697	1.437	698	1.437
Intangível	14	20.507	15.943	22.894	18.639			40.078	36.038	40.078	35.247
		98.288	87.031	99.088	85.779	Patrimônio líquido	21				
						Capital social		68.436	68.436	68.436	68.436
						Reserva de lucros		6.136	13.573	6.136	13.573
						Reserva de subvenção para investimentos		7.727		7.727	
						Ajuste de avaliação patrimonial		1.074	1.786	1.074	1.786
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		83.373	83.795	83.373	83.795
						Participação de não-controladores		-	-	1.049	1.177
						Total do patrimônio líquido		83.373	83.795	84.422	84.972
Total do ativo		167.209	155.245	168.286	158.072	Total do passivo e do patrimônio líquido		167.209	155.245	168.286	158.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida	22	83.714	61.676	85.529	64.683
Custos dos serviços prestados	23	<u>(53.665)</u>	<u>(36.792)</u>	<u>(55.273)</u>	<u>(38.322)</u>
Lucro bruto		<u>30.049</u>	<u>24.884</u>	<u>30.256</u>	<u>26.361</u>
(Despesas) outras receitas operacionais					
Administrativas e gerais	23	(13.276)	(14.221)	(13.899)	(15.475)
Vendas	23	(18.519)	(16.777)	(18.791)	(16.954)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	25	8.390	5.868	8.390	4.705
Resultado da equivalência patrimonial	12	<u>(521)</u>	<u>(1.174)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) operacional		6.123	(1.420)	5.956	(1.363)
Receitas financeiras	24	1.064	3.616	1.109	3.881
Despesas financeiras	24	<u>(11.679)</u>	<u>(9.782)</u>	<u>(11.815)</u>	<u>(10.216)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.492)	(7.586)	(4.750)	(7.698)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	19	<u>4.070</u>	<u>3.356</u>	<u>4.200</u>	<u>3.316</u>
Prejuízo do período		<u>(422)</u>	<u>(4.230)</u>	<u>(550)</u>	<u>(4.382)</u>
Atribuível a:					
Acionistas controladores		(422)	(4.230)	(422)	(4.230)
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(128)</u>	<u>(152)</u>
Resultado por ação (básico e diluído)		<u>(0,17)</u>	<u>(1,68)</u>	<u>(0,22)</u>	<u>(1,74)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do exercício	(422)	(4.230)	(550)	(4.382)
Resultado abrangente do período	<u>(422)</u>	<u>(4.230)</u>	<u>(550)</u>	<u>(4.382)</u>
Resultado atribuível a acionistas controladores	(422)	(4.230)	(422)	(4.230)
Resultado atribuível a acionistas não controladores	-	-	(128)	(152)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de lucros			Reserva de subvenção para investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total Patrimônio Líquido controladores	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	A integralizar	Retenção de lucros	Reserva para investimento	Reserva legal						
Saldos em 1º de janeiro de 2015	68.436	(22.000)	14.516	953	985	-	3.135	-	66.025	-	66.025
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(4.230)	(4.230)	(152)	(4.382)
Aquisição de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.329	1.329
Aumento de Capital	-	22.000	-	-	-	-	-	-	22.000	-	22.000
(-) Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(2.043)	2.043	-	-	-
Realização dos impostos diferidos sobre o custo atribuído	-	-	-	-	-	-	694	(694)	-	-	-
Transferência de resultados / Absorção de prejuízos	-	-	(2.881)	-	-	-	-	2.881	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	68.436	-	11.635	953	985	-	1.786	-	83.795	1.177	84.972
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(422)	(422)	(128)	(550)
(-) Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(1.079)	1.079	-	-	-
Realização dos impostos diferidos sobre o custo atribuído	-	-	-	-	-	-	367	(367)	-	-	-
Constituição de reserva de subvenção	-	-	-	-	-	7.727	-	(7.727)	-	-	-
Absorção prejuízo	-	-	(7.437)	-	-	-	-	7.437	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	68.436	-	4.198	953	985	7.727	1.074	-	83.373	1.049	84.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(422)	(4.230)	(550)	(4.382)
Ajustes por:				
Resultado de equivalencia patrimonial	521	1.174	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(4.070)	(3.356)	(4.200)	(3.356)
Provisões para contingências	(808)	15	-	(262)
Depreciações e amortizações	8.388	8.824	8.412	8.852
Reversão/Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	1.103	-	1.110
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10.132	9.176	10.243	9.610
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	4.409	-	4.410	-
(Aumento) redução nos ativos				
Em contas a receber	(5.647)	(919)	(4.539)	(905)
Em estoques	1.698	(4.503)	2.773	(4.786)
Em impostos a recuperar	(3.649)	(2.470)	(2.371)	(3.003)
Em adiantamentos a fornecedores	1.469	(9.819)	1.474	(9.825)
Em outros créditos	1.280	(1.546)	(1.431)	(12)
Aumento (redução) nos passivos				
Em fornecedores	1.468	(6.324)	1.161	(7.272)
Em adiantamento de clientes	(1.714)	24	(1.714)	24
Em obrigações fiscais, tributárias e subvenções governamentais	1.707	1.208	1.643	1.236
Em obrigações sociais e trabalhistas	2.222	(336)	2.137	(352)
Em outras contas a pagar	1.934	41	1.965	1.341
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	18.916	(11.939)	19.410	(11.982)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras vinculadas	1.500	(5.097)	1.500	(5.097)
Investimento em controlada	-	(1.018)	-	(724)
Aquisição de ativo imobilizado	(13.644)	(10.963)	(13.650)	(10.629)
Aquisição de intangível	(4.191)	(6.076)	(5.003)	(6.491)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(16.335)	(23.154)	(17.153)	(22.941)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	9.912	21.564	9.912	21.564
Amortização de empréstimos e financiamentos - Principal	(8.197)	(21.022)	(8.207)	(20.677)
Amortização de empréstimos e financiamentos - Juros	(3.766)	(2.982)	(3.771)	(2.933)
Integralização de capital	-	22.000	-	22.000
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	(2.051)	19.560	(2.066)	19.954
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	530	(15.533)	191	(14.969)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	1.140	16.673	1.704	16.673
No fim do exercício	1.670	1.140	1.895	1.704
	530	(15.533)	191	(14.969)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às informações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A., a seguir denominada como “Companhia”, “controladora” ou “Lifemed” e sua controlada (conjuntamente referidas como “a Companhia”), sediada em Pelotas no Rio Grande do Sul, tem como objeto social a produção e comercialização de produtos, equipamentos e saneantes domissanitários da área médico e hospitalar com 100% das vendas realizadas atualmente no mercado interno, disseminadas em todo território nacional. Seus principais clientes são órgãos de saúde pública e entidades de saúde privadas.

A Companhia atua no segmento de infusão, monitoração, paramentação cirúrgica, esterilização e serviços de manutenção hospitalar.

a. Entidades da Companhia

	<u>Percentual de participação</u>		
	<u>31/12/2016</u>		
	País	Direta	Indireta
Signove Tecnologia S.A	Brasil	66,66%	-

2 Base de apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) que incluem as normas emitidas pelo conselho federal de contabilidade (CFC) as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC).

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 10 de março de 2017.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, mensurados pelo valor justo e dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Custo atribuído do ativo imobilizado em 1º janeiro de 2009; e
- Ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos e informações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações referentes aos julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8** - Contas a receber de clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa)
- **Nota explicativa 13** - Imobilizado (taxas de depreciação e recuperabilidade)
- **Nota explicativa 14** - Intangível (taxas de amortização e recuperabilidade)
- **Nota explicativa 19** - Impostos diferidos (recuperabilidade)
- **Nota explicativa 20** - Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

d. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio do resultado.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia e sua controlada classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo quando designados.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de taxas de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações no valor justo são registradas no resultado.

e. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos produtos acabados e produtos em processo, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

h. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Companhia foram adquiridos de terceiros e são mensurados pelo método de custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. A amortização destes ativos é determinada pela sua vida útil, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a fabricação de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O prazo de amortização destes ativos é determinado pela sua vida útil conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

j. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2016 e dezembro de 2015.

k. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um doze meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

l. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

m. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente a um ativo qualificável são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

n. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma previsão de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

o. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

p. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 200 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido de janeiro até dezembro.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

q. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

r. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras e variações monetárias positivas sobre ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado do período, através do método dos juros efetivos

As despesas financeiras abrangem despesas com os juros sobre empréstimos, e variações monetárias sobre passivos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método dos juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida para transações de natureza similar.

s. Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenções de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (“ICMS”) para investimentos concedidos pelo governo estadual do Rio Grande do Sul. Esses incentivos fiscais estão diretamente ligados à operação de unidades produtivas, geração de empregos e desenvolvimento social e econômico. Essas subvenções governamentais que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado do período como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos exercícios nos quais as despesas foram registradas. A parte referente ao diferimento do ICMS a pagar é registrada no passivo não circulante.

4 Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das informações financeiras intermediárias.

5 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;

- Risco operacional;
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Suas políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de seus recebíveis, de clientes e de outros créditos.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia e sua controlada ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. Geograficamente não há concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. Esta análise é efetuada através de um Comitê de Crédito. As aprovações de créditos são estabelecidas para cada cliente de acordo com a capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e sua controlada e avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os mesmos são agrupados de acordo com suas características de crédito, localização geográfica, tipo de indústria, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores, incluindo se são pessoa física, jurídica ou órgãos públicos.

A Companhia e sua controlada operam basicamente com vendas sob encomenda de clientes finais, firmadas mediante contrato e com pagamentos parciais de acordo com os eventos físicos.

A Companhia e sua controlada estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável e que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos, quando aplicável.

b. *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

A Companhia e sua controlada constantemente monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. A Companhia e sua controlada garantem que possuem saldo em tesouraria suficiente para superar suas necessidades de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações contábeis, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

c. *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia e de sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de câmbio

A Companhia atua no mercado externo, referente a aquisição de matéria-prima importada e vendas ao exterior. Os resultados da Companhia e de sua controlada estão suscetíveis a sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados às moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano.

Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures com taxas de juros variáveis, principalmente CDI e TJLP.

d. *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

e. *Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)*

A política da administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo participações de não controladores.

A administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A administração monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida, dividido pelo patrimônio líquido ajustado. Para este propósito, a dívida líquida é definida como o total dos passivos (incluindo empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamentos mercantis financeiros), menos caixa e equivalentes de caixa.

A dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Total do Passivo	83.836	71.450	83.864	73.100
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.670)	(1.140)	(1.895)	(1.704)
Dívida Líquida (A)	82.166	70.310	81.969	71.396
Total de Patrimônio Líquido	83.373	83.795	84.422	84.972
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro 2016 e 31 de dezembro 2015 (A/B)	0,98	0,84	0,97	0,84

6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	1.670	1.140	1.895	1.704
Aplicações financeiras	1.052	5.097	1.054	5.097
	2.722	6.237	2.949	6.801

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições de uso.

As aplicações financeiras correspondem a fundos de investimentos os quais a Companhia detém cotas.

7 Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicações financeiras de longo prazo vinculadas a empréstimos e financiamentos que correspondem ao montante de R\$ 1.511 em 31 de dezembro de 2016 na controladora e no consolidado. Essas aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários - CDB, remunerados a taxas que variam entre 100% e 101,5% do CDI.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Duplicatas a receber	27.128	24.539	27.128	25.661
Duplicatas parte relacionada	-	25	-	-
Depósitos a classificar	(225)	(1.854)	(225)	(1.854)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.079)	(3.079)	(3.079)	(3.068)
Produtos faturados e não entregues	-	(1.454)	-	(1.454)
	23.824	18.177	23.824	19.285

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	15.507	13.996	15.507	14.854
Vencidas	11.621	10.568	11.621	10.807
1 a 30 dias	3.849	1.300	3.849	1.395
31 a 60 dias	1.117	1.496	1.117	1.586
61 a 90 dias	638	701	638	730
91 a 180 dias	650	905	650	909
181 a 365 dias	886	2.176	886	2.179
Mais de 365 dias	4.481	3.990	4.481	4.008
Total	27.128	24.564	27.128	25.661

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação da Companhia, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Matérias-primas	9.826	9.229	9.826	9.899
Produtos em processo	395	504	395	504
Produtos acabados	13.804	15.576	13.804	15.982
Mercadorias para revenda	21	45	21	45
Provisão para obsolescência	-	(350)	-	(350)
Produtos faturados e não entregues	-	739	-	739
	24.046	25.744	24.046	26.819

10 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores no exterior	7.861	8.945	7.861	8.945
Fornecedores nacionais	1.585	1.790	1.586	1.796
Outros créditos	532	712	532	712
	9.978	11.447	9.979	11.453

11 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante				
Imposto produtos industrializados (IPI)	1.378	1.802	1.378	2.146
Imposto sobre a circulação (ICMS)	1.922	790	1.922	1.721
Contribuição (COFINS)	2.484	2.103	2.491	2.103
Programa de integração social (PIS)	525	420	525	420
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	1.190	966	1.223	966
Contribuição social (CSLL)	291	246	291	289
	<u>7.790</u>	<u>6.327</u>	<u>7.830</u>	<u>7.645</u>
Ativo não circulante				
Contribuição - COFINS	3.065	3.397	3.065	3.397
Programa de integração social (PIS)	646	738	646	738
Incentivo Desenvolver Pelotas	2.610	-	2.610	-
	<u>6.321</u>	<u>4.135</u>	<u>6.321</u>	<u>4.135</u>
	<u>14.111</u>	<u>10.462</u>	<u>14.151</u>	<u>11.780</u>

12 Investimento em controlada

a. Composição

Empresa	Tipo	Part %	Patrimônio líquido em 31/12/2016	Ajustes Valor justo*	Investimento	Ações ordinárias/quotas
Signove Tecnologia S.A.	Controlada	66,66%	3.148	(457)	1.630	399.900

b. Movimentação

	Vida	Signove	Total
Saldo inicial na aquisição	1.437	2.200	3.637
Resultado de equivalência patrimonial	(871)	(303)	(1.174)
Provisão perda de investimento em controlada em 1º de janeiro de 2016	808	-	808
Ajustes período de mensuração	<u>(182)</u>	<u>-</u>	<u>(182)</u>
Investimento em controlada em 1º de janeiro de 2016	1.192	1.897	3.089
Provisão perda de investimento em controlada em 1º de janeiro de 2016	(808)	-	(808)
Resultado de equivalência patrimonial	(254)	(267)	(521)
Acervo líquido incorporado (Nota explicativa 28)	<u>1.062</u>	<u>-</u>	<u>1.062</u>
Total	1.192	1.630	2.822
Transferência para o ativo intangível	(1.192)	-	(1.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	1.630	1.630

As movimentações relacionadas à combinação de negócios estão descritas na nota explicativa 29.

c. Principais informações da controlada Signove Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2016

	31/12/2016
Total ativo	3.175
Total passivo	28
Patrimônio líquido	3.147
Prejuízo do período	(394)

13 Imobilizado

Controladora

	Vida útil em anos	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2016 Líquido	31/12/2015
Equipamento de fabricação própria	10	73.473	(46.561)	26.912	26.562
Máquinas e equipamentos	10	12.944	(8.434)	4.510	1.404
Veículos	5	816	(538)	278	140
Equipamento de informática	5	2.168	(1.670)	498	527
Móveis e utensílios	10	1.619	(1.136)	483	424
Instalações	10	984	(324)	660	71
Benfeitorias em bens locados	5	1.988	(1.543)	445	829
Obras em andamento	-	2.179		2.179	6.987
Terrenos	-	569	-	569	569
Obras Civis	40	28.678	(3.476)	25.202	22.546
		<u>125.418</u>	<u>(63.682)</u>	<u>61.736</u>	<u>60.059</u>

- a. A conta de imobilizado em andamento tem por finalidade registrar todos os investimentos em ativo fixo da Companhia, os quais possuem controle individual por projeto, por localidade e tipo de investimento. Quando os projetos entram em produção ou quando são postos em serviço, estes são transferidos para as suas respectivas contas definitivas para o início da depreciação.
- b. A Administração efetuou análise de eventuais indicadores de *impairment* do seu ativo imobilizado e não detectou fatores que pudessem indicar a existência de perdas.
- c. Não foram identificados valores relevantes de ativo imobilizado nas empresas controladas incluídas no processo de consolidação.

A movimentação do custo do imobilizado, até 31 de dezembro de 2016, está demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2015			31/12/2016		
	Custo	Adições	Incorporada	Baixas	Transferencias	Custo
Equipamento de fabricação própria	68.002	3.696	-	(6.508)	8.283	73.473
Máquinas e equipamentos	11.118	1.413	-	(162)	575	12.944
Veículos	872	47	-	(277)	174	816
Equipamento de informática	2.050	110	-	(46)	54	2.168
Móveis e utensílios	1.486	54	-	(35)	114	1.619
Instalações	405	86	-	(70)	563	984
Benfeitorias em bens locados	1.968	1	-	(46)	65	1.988
Obras em andamento	6.987	8.237	9	(11)	(13.043)	2.179
Terrenos	569	-	-	-	-	569
Obras Civis	25.463	-	-	-	3.215	28.678
	<u>118.919</u>	<u>13.644</u>	<u>9</u>	<u>(7.155)</u>	<u>-</u>	<u>125.418</u>

A movimentação da depreciação do imobilizado, até 31 dezembro de 2016, está demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2015			31/12/2016	
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferencias	Depreciação
Equipamento de fabricação própria	41.439	5.008	(1.586)	1.700	46.561
Máquinas e equipamentos	9.714	1.098	(678)	(1.700)	8.434
Veículos	732	69	(263)	-	538
Equipamento de informática	1.524	180	(34)	-	1.670
Móveis e utensílios	1.061	102	(27)	-	1.136
Instalações	334	23	(33)	-	324
Benfeitorias em bens locados	1.139	416	(12)	-	1.543
Obras Civis	2.917	672	(113)	-	3.476
	<u>58.860</u>	<u>7.568</u>	<u>(2.746)</u>	<u>-</u>	<u>63.682</u>

Os ativos do imobilizados no balanço patrimonial consolidado tem a seguinte composição:

	31/12/2016	31/12/2015
Total Imobilizado na controlada	61.736	60.059
Maquinas e equipamentos	9	20
Equipamentos de informática	15	31
Instalações	8	10
Móveis e Utensílios	11	13
	<u>61.779</u>	<u>60.133</u>

14 Intangível

Controladora

	Taxa Amort % a.a.	Custo	Amortização acumulada	31/12/2016 Líquido	31/12/2015 Líquido
Direito de uso de software	20	1.176	(1.065)	111	83
Tecnologia industrial	25	24.475	(4.333)	20.142	14.972
Marcas e Patentes	10	11	-	11	6
Outros ativos intangíveis	-	261	(18)	243	881
		<u>25.923</u>	<u>(5.416)</u>	<u>20.507</u>	<u>15.943</u>

A movimentação do custo do intangível, até 31 de dezembro de 2016, está demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2015		31/12/2016			
	Custo	Adições	Incorporado/ Transferido de investimentos	Baixas	Transferências	Custo
Direito de uso de software	1.140	36	-	-	-	1.176
Tecnologia industrial	18.494	-	1.192	-	4.789	24.475
Marcas e patentes	6	5	-	-	-	11
Outros ativos intangíveis	900	4.142	8	-	(4.789)	261
	<u>20.540</u>	<u>4.184</u>	<u>1.200</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.923</u>

A movimentação da amortização do intangível, até dezembro de 2016, está demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2015		31/12/2016	
	Amortização	Adições	Baixas	Amortização
Direito de uso de software	1.056	9	-	1.065
Tecnologia industrial	3.522	811	-	4.333
Outros bens	18	-	-	18
	<u>4.597</u>	<u>820</u>	<u>-</u>	<u>5.416</u>

Ativos intangíveis relacionados à tecnologia industrial estão substancialmente representados por desenvolvimento de novos produtos para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de concluir os projetos e colocar os produtos no mercado. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração avaliou a viabilidade de conclusão dos projetos e a existência de indicadores de que algum projeto possa ter sofrido perdas no valor recuperável, não tendo identificado fatores dessa natureza. Ativos intangíveis no balanço patrimonial consolidado tem a seguinte composição:

**Lifemed Industrial de Equipamentos e
Artigos Médicos e Hospitalares S.A.**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

	31/12/2016	31/12/2015
Total do ativo intangível na controladora	20.507	15.943
Desenvolvimento de software - Signove	2.387	1.495
Outros	-	8
	22.894	18.639

A Companhia no ano de 2015 adquiriu o software em desenvolvimento para a implantação de novo produto no mercado por meio da aquisição do controle da empresa Signove Tecnologia S.A.

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cartão BNDES	98	203	98	203
Fornecedores nacionais	3.062	2.796	3.072	3.113
Fornecedores estrangeiros	1.514	207	1.514	207
	4.674	3.206	4.684	3.523

16 Partes relacionadas

Os principais saldos do passivo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com acionistas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Transações com acionistas

	31/12/2016	31/12/2015
Financiamento - BNDES (a)	4.428	8.247
	4.428	8.247

- (a) Refere-se aos empréstimos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e classificado em passivo circulante e não circulante, conforme demonstrado abaixo:

	Modalidade	Garantia	Encargos	Mês de Vcto.	31/12/2016	31/12/2015
BNDES Profarma Produção	Investimento	Bens Imobilizado	TJLP + 1% a.a.	jan/18	2.876	5.453
BNDES Profarma Inov.	Investimento	Bens Imobilizado	3,5% a.a.	mar/18	1.552	2.794
Total do BNDES					4.428	8.247

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração é composta por diretores e conselheiros da Companhia.

	31/12/2016	31/12/2015
Salários	2.571	2.427
Encargos	39	-
Outros benefícios	259	-
	2.868	2.427

17 Empréstimos e financiamentos

Banco	Encargos	Mês de Vcto	Controladora		Consolidado	
			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Banco Itaú S.A.	TJLP + 5,5%a.a.	jan/16	-	2	-	9
Banco Itaú S.A.	3,9% a.a.	mai/16	-	2	-	2
Banco Itaú S.A.	3,0%a.a.	mai/18	168	287	168	287
Banco Itaú S.A.	4% aa+ tjlj	jun/21	386	-	386	-
Banco Itaú S.A.	5,54% a.a	abr/16	-	130	-	130
Banco Itaú S.A.	CDI	jun/16	-	511	-	511
Banco Itaú S.A.	5,50% a.a.	jun/17	184	538	184	538
Banco Itaú S.A.	19% a.a.	ago/17	501	1.150	501	1.150
Banco Banrisul	7,30%a.a.+CDI	ago/16	-	235	-	235
Banco Banrisul	5,54% a.a	out/16	-	1.231	-	1.231
Banco Santander S.A.	14,0286% a.a	set/16	-	11	-	11
Banco Santander S.A.	4,66%a.a.+CDI	jul/16	-	18.061	-	18.061
Banco Santander S.A.	2,54% a.m.	nov/16	-	-	-	55
Banco Santander S.A.	4,10165% a.a + variação cambial	abr/16	-	-	-	1.246
Banco Santander S.A.	1,89% a.m.	nov/17	762	-	762	1.428
Banco Santander S.A.	2,44% a.m.	mai/17	369	-	369	-
Banco Santander S.A.	8,47%a.a.+CDI	mar/17	20.806	-	20.806	-
Finep	Tjlp+1,5%	out/22	27.038	18.096	27.038	18.096
Banco do Brasil	Tjlp + 2,5% a.a	jun/16	-	-	-	16
Banco Bradesco	s/juros	dez/17	48	-	48	122
Saldo negativo de bancos		dez/16	1.883	-	1.883	-
			52.145	40.254	52.145	43.128
Moeda Nacional com parte relacionada						
BNDES Profarma Produção	TJLP + 1% a.a.	jan/18	2.876	5.453	2.876	5.453
BNDES Profarma Inov.	3,5% a.a.	mar/18	1.552	2.794	1.552	2.794
			4.428	8.247	4.428	8.247
Total de Empréstimos e Financiamentos			56.573	48.501	56.573	51.375
Passivo Circulante			28.735	25.733	28.735	28.590
Passivo Não Circulante			27.838	22.768	27.838	22.785

Os contratos de empréstimos e financiamentos contêm cláusulas contratuais restritivas (“covenants”), as quais permitem ao credor considerar antecipadamente vencido o contrato e exigir de imediato o pagamento do saldo devedor em aberto nas seguintes hipóteses:

- (a) Contratos Capital de Giro Banco Santander S.A.
- Inadimplência da Companhia, dos avalistas ou qualquer sociedade indiretamente ligada nas suas obrigações com o banco ou qualquer sociedade ligada ao banco;
 - Inadimplência da Companhia, dos avalistas ou qualquer sociedade indiretamente ligada nas suas obrigações com terceiros;
 - Se a Companhia ou avalistas tiverem títulos de suas responsabilidades protestados cujo somatório some R\$ 50 mil;

- Se a Companhia sofrer qualquer medida judicial ou extrajudicial que a critério do banco possa afetar sua capacidade de honrar obrigações;
 - Se a Companhia ou avalistas tornarem-se insolventes, tiverem falência requerida, início de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, se acolher a RAET - regime de administração especial temporária;
 - Transferência de bens e obrigações;
 - Se ocorrer qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário da Companhia, ou ainda se ocorrer incorporação, cisão ou fusão;
 - Não reforçarem, em caso de perecimento, perda ou depreciação das garantias mencionadas em contrato;
 - Se houver alteração ou modificação do objeto social.
- (b) Contratos Capital de Giro Banco Itaú S.A.
- Inadimplência da Companhia junto ao credor;
 - Se a Companhia iniciar qualquer procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, se for requerida sua falência, ou se houver protesto de título contra a Companhia;
 - Não cumprimento de qualquer obrigação assumida em outras obrigações celebradas com o banco, suas controladas, controladores ou coligadas;
 - Substituição do devedor solidário por motivo de insolvência;
 - Não reforçarem, em caso de perecimento, perda ou depreciação das garantias ou dos direitos creditórios mencionadas em contrato;
 - Se houver sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela Companhia ou seus dirigentes, que importe em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente;
 - Indícios de crise econômica financeira ou de estado pré-falimentar;
- (c) Contratos Finame Banco Itaú S.A.
- Inadimplência da Companhia junto ao credor;
 - Se a Companhia sofrer protesto de título, pedir falência ou insolvência, requerer recuperação judicial, convocar credores para propor plano de recuperação extrajudicial;
 - Se for proposto contra a Companhia ação judicial por não pagamento de dívida certa, líquida e vencida, que a critério do Itaú comprometa o cumprimento de suas obrigações ou garantias;
 - Se for apurada falsidade de qualquer declaração, informação ou documento entregue ao banco;

- Se for comprovada sentença transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela Companhia ou seus dirigentes, que importe em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente.
- (d) Contratos Investimentos Banco BNDES
- Redução do quadro de pessoal da beneficiária sem atendimento ao disposto no inciso III da Cláusula Oitava;
 - Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela beneficiária, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
 - Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;

Não cumprimento das obrigações constantes dos incisos VIII e XIII da Clausula Oitava;

- Este Contrato também vencerá antecipadamente, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, na data da diplomação como Deputado Federal ou Senador, de pessoa que exerça função remunerada na Beneficiária, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, inciso I e II

Companhia não apresentava nenhuma quebra de cláusulas restritivas (“covenants”) nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

18 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salários a pagar	649	633	656	733
INSS a recolher	2.999	1.046	3.000	1.046
FGTS a recolher	134	118	135	118
Provisão de férias	1.136	755	1.142	755
Outros	80	223	80	224
	<u>4.998</u>	<u>2.776</u>	<u>5.013</u>	<u>2.876</u>

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Foram constituídos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, imposto de renda e contribuição social diferidos com a seguinte natureza:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Passivos fiscais diferidos		
Capitalização dos juros sobre empréstimos	117	120
Custo atribuído (deemed cost)	490	920
Diferença vida útil prédio	645	645
Outras	15	15
	<u>1.267</u>	<u>1.700</u>
Ativos fiscais diferidos		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.047	1.047
Provisão para contingências trabalhistas	154	154
Provisões Indedutíveis	13	14
Provisão Ajuste de Estoque	-	119
Prejuízo fiscal	6450	2.693
	<u>7.664</u>	<u>4.027</u>
	<u><u>6.397</u></u>	<u><u>2.327</u></u>

Conciliação do resultado tributável com a despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2016	31/12/2015
Controladora		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(4.482)	(7.586)
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(1.523)	(2.579)
Incentivos fiscais	(2.627)	(1.538)
Resultado de equivalência patrimonial	177	399
Outras adições e (exclusões) permanentes, líquidas	(97)	362
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(4.070)	(3.356)
Consolidado		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(4.740)	(7.698)
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(1.611)	(2.617)
Incentivos fiscais	(2.627)	(1.538)
Outras adições e (exclusões) permanentes, líquidas	38	839
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(4.200)	(3.316)

20 Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015, o saldo da provisão para contingências está baseado na avaliação da possibilidade de perda, estimada pelos consultores jurídicos da Companhia para as questões em litígio judicial de origem fiscal, cível e trabalhista. A provisão é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

A composição do saldo da controladora e do consolidado é a seguir apresentada:

	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhista	<u>455</u>	<u>455</u>
	<u>455</u>	<u>455</u>

A empresa possui uma estimativa de valor referente a processos com perda possível de R\$ 4.944 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3.974 em 31 de dezembro de 2015).

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 2014, foi realizada uma Assembléia Geral Extraordinária, que deliberou pelo aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 38.462 mediante a emissão de 422.791 ações ordinárias. As condições foram aprovadas na Assembléia Geral Extraordinária de 19 de dezembro de 2014, sendo que em 2014 foi integralizado o montante de R\$ 16.462 e o restante, no montante total de R\$ 22.000, foi integralizado em 2015.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 2.511.377 ações ordinárias, no valor de R\$ 68.436.

O capital social está dividido da seguinte forma:

Acionista	Ações ordinárias	Total integralizado
Lifemed Administração e Participações Ltda.	1.065.600	15.294
Lifemed Capital Participações Ltda.	422.285	8.087
BNDES Participações S.A.	552.503	15.055
Kumla S.A.	219.851	20.000
Fundo BBI S.A.	<u>251.138</u>	<u>10.000</u>
Total	<u>2.511.377</u>	<u>68.436</u>

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Será destinada à reserva de investimentos e capital de giro e tem como objetivo atender às necessidades de recursos para execução dos investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia. Conforme mencionado na nota explicativa 28 às demonstrações financeiras, a Companhia é beneficiária de subvenções governamentais para investimentos, as quais são reconhecidas no resultado do exercício e são excluídas na determinação do lucro tributável pelo imposto de renda e contribuição social. Os benefícios decorrentes desses incentivos não podem

ser distribuídos como dividendos aos acionistas e devem ser mantidos em reservas de lucros, exceto para fins de absorção de prejuízos, sendo que as reservas devem ser reconstituídas à medida que lucros sejam gerados, até o montante dos benefícios obtidos.

d. Reserva de subvenção para investimentos

A reserva de subvenção para investimentos apropria os valores de subvenções recebidas do Estado através do programa FUNDOPEM/RS (nota explicativa 28) e também a subvenção concedida pela Prefeitura de Pelotas através do reembolso de parte do ICMS devido dos últimos 5 anos (nota explicativa 25).

e. Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios são de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, parcialmente alterada pelas Leis nº 9.457 de 05/05/1997 e 10.303 de 31/10/2001, respectivamente.

22 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita Operacional bruta				
Venda de produtos	102.258	75.798	104.087	78.808
Prestação de serviços	2.094	2.557	2.094	2.557
	104.352	78.355	106.181	81.365
Deduções				
Impostos sobre as vendas	(17.535)	(13.027)	(17.535)	(13.028)
Devoluções e abatimentos	(3.103)	(3.652)	(3.117)	(3.654)
	(20.638)	(16.679)	(20.652)	(16.682)
Receita Líquida	83.714	61.676	85.529	64.683

23 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Matérias-primas	(27.741)	(22.784)	(29.326)	(23.555)
Remuneração direta	(25.636)	(16.718)	(26.0198)	(18.203)
Comissões sobre vendas	(2.148)	(1.227)	(2.148)	(1.456)
Frete sobre vendas	(2.150)	(1.908)	(2.229)	(1.935)
Despesas com viagem	(1.941)	(1.730)	(1.960)	(1.793)
Depreciação e amortização	(8.092)	(8.824)	(8.106)	(8.844)
Serviços pessoas jurídicas	(9.264)	(6.504)	(9.398)	(6.657)
Despesa com marketing	(811)	(625)	(831)	(653)
Despesa água, luz e telefone	(1.278)	(1.156)	(1.305)	(1.175)
PCLD	-	(1.119)	-	(1.135)
Gastos com projetos	(605)	(1.848)	(606)	(1.849)
Outras despesas	(5.794)	(3.347)	(5.856)	(3.496)
	(85.460)	(67.790)	(87.963)	(70.751)
Custo dos produtos vendidos	(53.665)	(36.792)	(55.273)	(38.322)
Despesas de vendas	(18.519)	(16.777)	(18.791)	(16.954)
Despesas gerais e administrativas	(13.276)	(14.221)	(13.899)	(15.475)
	(85.460)	(67.790)	(87.963)	(70.751)

24 Resultados financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas financeiras				
Despesas de juros	(10.122)	(8.322)	(10.234)	(8.721)
Despesas bancárias	(872)	(835)	(896)	(851)
Instrumentos financeiros derivativos	(10)	-	(10)	-
Variação cambial passiva	(321)	(176)	(321)	(182)
Outras despesas Financeiras	(354)	(449)	(354)	(462)
	(11.679)	(9.782)	(11.815)	(10.216)
Receitas financeiras				
Desconto obtido	104	93	110	95
Variação cambial	54	1.622	54	1.847
Receita de Juros	906	1.901	945	1.939
	1.064	3.616	1.109	3.881
	(10.615)	(6.166)	(10.706)	(6.335)

25 Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Outras Receitas	696	1.343	696	1.077
Crédito presumido de ICMS (nota 28)	5.117	4.525	5.117	3.629
Incentivo Desenvolver Pelotas *	2.610	-	2.610	-
Outras despesas	(33)	-	(33)	(1)
	8.390	5.868	8.390	4.705

(*) O Incentivo Desenvolver Pelotas consiste na concessão de incentivos fiscais e financeiros pelo Município de Pelotas à Companhia com contrapartida de incremento de investimento na capacidade produtiva e geração de empregos. O benefício consiste na devolução em espécie de 15% do ICMS sobre o valor efetivamente recolhido pela Companhia, pelo prazo de 10 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu os montantes apurados de 2011 a 2016.

26 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela administração da Companhia.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	1.670	1.140	1.895	1.704
Aplicações financeiras	2.563	-	2.565	-
Contas a receber de clientes	23.824	18.177	23.824	19.285
	28.057	19.317	28.302	20.989
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	7.103	3.206	7.113	3.523
Empréstimos e Financiamentos	56.573	48.501	56.573	51.375
Duplicatas descontadas	2.816		2.816	
	66.492	51.707	66.502	54.898
Passivos financeiros mensurados ao valor justo				
Instrumentos financeiros derivativos	10	-	10	-

Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Taxas futuras foram obtidas a partir da BM&F Bovespa para a data das liquidações dos contratos, ou da mais próxima de vencimento com informação de mercado disponível. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

b. Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e fornecedores aproximam-se dos valores contábeis devido à sua natureza de curto prazo ou porque não estão sujeitos a taxas de juros variáveis. O valor justo estimado para os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2016, para a

controladora e consolidado era R\$ 56.491, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com os valores contábeis de R\$ 56.573 para controladora e consolidado.

c. Análise de sensibilidade

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia possui empréstimos e financiamentos com diversas taxas de juros. Entretanto, a Administração considera que as variações mais significativas estão atreladas as operações pós-fixadas.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

A Companhia estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é específico relacionado a riscos significativos individuais e a Companhia entende que tais provisões são suficientes para cobrir tais riscos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	1.670	1.140	1.895	1.704
Aplicações financeiras	2.563	-	2.565	-
Contas a receber de clientes	23.824	18.177	23.824	19.285
	28.057	19.317	28.302	20.989

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia possa encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

Controladora	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 ano ou menos	de 1 a 2 anos	mais de 2 anos
Fornecedores	4.674	4.674	4.674	-	-
Empréstimos e Financiamentos	<u>56.573</u>	<u>70.261</u>	<u>31.484</u>	<u>6.609</u>	<u>32.168</u>
	<u>61.247</u>	<u>74.935</u>	<u>36.158</u>	<u>6.609</u>	<u>32.168</u>
Consolidado	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 ano ou menos	de 1 a 2 anos	mais de 2 anos
Fornecedores	4.684	4.684	4.684	-	-
Empréstimos e Financiamentos	<u>56.573</u>	<u>70.261</u>	<u>31.484</u>	<u>6.609</u>	<u>32.168</u>
	<u>61.257</u>	<u>74.945</u>	<u>36.168</u>	<u>6.609</u>	<u>32.168</u>

f. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, principalmente o preço de componentes eletrônicos para fabricação das bombas de infusão que são adquiridos no mercado local, mas são baseados no preço em dólar e taxas de juros, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

g. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Controladoria da Companhia. Os resultados das análises da Controladoria são discutidos com a administração da Companhia.

h. Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

i. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos na modalidade de swap para proteger parte dos riscos de variação de indexadores de empréstimos e financiamentos.

O quadro abaixo apresenta as operações de instrumentos financeiros derivativos de swap contratados pela Companhia, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

Composição em 31 de dezembro de 2016, controladora e consolidado:

Instituição financeira	Vencimento operação	Correção original empréstimo	Correção trocada swap	Valor Base	Valor ajuste para a Companhia ativo e (passivo)
Itaú	26/01/2017	100% CDI + 5,5739 a.a.	TJLP + 13,5% a.a.	29	(1)
Itaú	01/03/2017	100% CDI + 5,5866 a.a.	TJLP + 13,5% a.a.	29	(2)
Itaú	27/03/2017	100% CDI + 5,5860 a.a.	TJLP + 13,5% a.a.	29	(1)
Itaú	26/04/2017	100% CDI + 5,5915 a.a.	TJLP + 13,5% a.a.	29	(2)
Itaú	26/05/2017	100% CDI + 5,5889 a.a.	TJLP + 13,5% a.a.	29	(2)
Itaú	26/06/2017	100% CDI + 5,5993 a.a.	TJLP + 13,5% a.a.	29	(2)
Passivo circulante - Instrumentos financeiros derivativos					(10)

Risco de taxa de juros

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Instrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros	(5.467)	(3.349)	(5.467)	(4.954)
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	1.052	5.097	1.054	5.097
Passivos financeiros	(51.106)	(36.905)	(51.106)	(38.174)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 25% e 50% pontos base nas taxas de juros CDI e TJLP, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

	Despesa anual sobre índice 31/12/2016	Taxa Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Passivos financeiros sujeitos a variação TJLP:	7,5%	7,5%	9,4%	11,3%
Passivos financeiros sujeitos a variação CDI:	13,6%	13,6%	17%	20,4%
Projeção anual sobre passivo financeiro	R\$ 10.234	R\$ 10.234	R\$ 13.064	R\$ 16.028
Variação		-	R\$ 2.830	R\$ 5.794

27 Participação nos lucros

A Companhia, baseada na política de remuneração variável, aprovada pela Administração, concede participação nos lucros e resultados aos seus empregados, que está vinculada a um plano de ação, objeto da avaliação dos resultados, bem como ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos e acordados no início de cada ano.

28 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia têm a natureza de subvenções para investimentos estaduais.

Os valores das subvenções recebidas do Estado são representados pelo programa FUNDOPEM/RS - Estado do Rio Grande do Sul, que visa atender aos interesses do desenvolvimento regional, de forma a subvencionar os investimentos realizados na expansão de uma unidade industrial no município de Pelotas (RS) e o incremento e manutenção de postos de trabalho. Esta subvenção foi concedida no âmbito da estratégia de fomento ao desenvolvimento industrial definido nos programas FUNDOPEM/RS e INTEGRAR/RS, decreto nº 42.360/03. O cálculo da subvenção é determinado a partir do montante de ICMS devido incremental e incidente sobre os negócios realizados pelas unidades industriais incentivadas. O valor total deste incentivo estadual é de aproximadamente R\$ 31 milhões a valores da data da assinatura do Termo de Ajuste nº 025/2006 em 19 de outubro de 2006.

Desde 2014 a empresa está habilitada a utilizar o crédito presumido de ICMS de acordo com o decreto estadual do RS 51.074/2013. Esse crédito é apurado com base no saldo de débitos e créditos do mês de ICMS/RS. A alíquota é de 60% sobre o saldo apurado e lançado no resultado em outros crédito.

Os efeitos no resultado são apresentados a seguir:

	Efeito no passivo	Efeito no resultado
Exercício		
Exercício 2009	240	
Exercício 2010	1.346	
Exercício 2011	2.251	
Exercício 2012	1.831	
Exercício 2013	1.948	
Exercício 2014	(12)	5.051
Exercício 2015	2.966	4.525
Total até 2015	10.570	9.576
Exercício 2016	494	5.117
Total	11.064	14.693

As subvenções governamentais tem um tratamento fiscal diferenciado na apuração do lucro real, pois as receitas decorrentes desses benefícios são excluídas da apuração do lucro real. Essa reserva não pode ser distribuída como dividendos

29 Combinações de negócio

29.1 Aquisição da controlada - Vida

Conforme Contrato de Compra e Venda de Quotas de 1º de julho de 2015, a Lifemed adquiriu 100% das quotas representativas do capital social da Vida Indústria e Comércio de Produtos Médicos Ltda. A contraprestação transferida, conforme acordado entre as partes, totalizou o valor líquido de R\$ 1.437 e será paga de forma parcelada, conforme cronograma de pagamentos definido no contrato, com vencimento final até o ano 2018. O controle efetivo das operações foi assumido pela Lifemed no mês de setembro de 2015, data em que foi efetuada a primeira consolidação das demonstrações financeiras da Vida.

A seguir, são demonstrados os valores dos ativos identificáveis e passivos assumidos na data em que o controle foi assumido:

Em 30/09/2015

	Valor contábil	Valor justo	Ajuste
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	270	270	-
Contas a receber de clientes	1.129	1.129	-
Impostos a recuperar	755	755	-
Estoques	792	792	-
Outras contas a receber	596	596	-
Imobilizado	364	364	-
Intangível	9	1.202	1.193
	<u>3.915</u>	<u>5.108</u>	<u>1.193</u>
Passivo			
Fornecedores	(1.247)	(1.247)	-
Empréstimos e financiamentos	(2.011)	(2.011)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(117)	(117)	-
Obrigações tributárias	(21)	(21)	-
Provisão para contingências	(276)	(276)	-
	<u>(3.672)</u>	<u>(3.672)</u>	<u>-</u>
Total de ativos líquidos identificados	<u>243</u>	<u>1.436</u>	<u>1.193</u>

A mais valia apurada na operação foi integralmente alocada a intangível de tecnologia industrial, uma vez que a operação teve como objetivo agregar tecnologia de produtos complementares aos produtos da Lifemed, de modo a oferecer solução completa aos clientes.

Cálculo do ágio/(ganho) na aquisição

Valor da contraprestação transferida	1.437
Valor justo dos ativos líquidos recebidos	(1.437)
Valor justo da participação de não controladores	<u>-</u>
Ágio/(ganho)	<u>-</u>

a. **Incorporação - Vida Industria e Comercio de Produtos Médicos Ltda**

Em 31 de março de 2016, a Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. efetuou a incorporação de sua controlada direta Vida Industria e Comercio de Produtos Médicos Ltda. O objetivo desta operação foi de consolidar o segmento de linhas de sangue sob a marca da Lifemed.

O acervo líquido incorporado com base no acervo líquido em 31 de março de 2016 totalizou R\$ (1.062), conforme demonstrado abaixo:

	Saldos contábeis na data do laudo	Movimentação	Acervo líquido incorporado
Caixa e equivalentes de caixa	101	(51)	50
Contas a receber de clientes	1.281	183	1.464
Estoques	1.811	(281)	1.530
Impostos a recuperar	1.137	660	1.797
Outros créditos	64	81	145
Impostos a recuperar - não circulante	-	130	130
Imobilizado	16	(6)	10
Intangível	1	8	9
Fornecedores	(720)	(1.411)	(2.131)
Empréstimos	(2.726)	60	(2.666)
Obrigações sociais e trabalhistas	(106)	(191)	(297)
Obrigações fiscais e tributárias	(34)	(17)	(51)
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	(100)	-	(100)
Empréstimos e financiamentos - não circulante	(845)	835	(10)
Outras contas a pagar	-	(942)	(942)
	<u>(120)</u>	<u>(942)</u>	<u>(1.062)</u>
Acervo líquido	<u>(120)</u>	<u>(942)</u>	<u>(1.062)</u>

29.2 Aquisição da controlada - Signove

Conforme Acordo de Investimento de 24 de novembro de 2014, a Lifemed adquiriu 66,66% das ações representativas do capital social da Signove Tecnologia S.A. A contraprestação transferida, conforme acordado entre as partes, está representada por aportes de capital na adquirida, mediante a emissão de ações ordinárias, no montante total de R\$ 2.200. Do montante total dos aportes, R\$ 1.200 foram integralizados durante o exercício 2015, restando R\$ 1.000 que foram integralizados durante o exercício de 2016. O controle efetivo das operações foi assumido pela Lifemed após a realização do primeiro aporte no início de 2015. A aquisição foi reconhecida na demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2015, data a partir da qual as demonstrações financeiras da Signove passaram a ser consolidadas.

A seguir, são demonstrados os valores dos ativos identificáveis e passivos assumidos na data em que o controle foi assumido:

Em 01/01/2015	Valor contábil	Valor justo	Ajuste
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	205	205	-
Contas a receber de clientes	7	7	-
Impostos a recuperar	30	30	-
Outros ativos	5	5	-
Imobilizado	72	72	-
Intangível	<u>1.538</u>	<u>1.081</u>	<u>(457)</u>
	<u>1.857</u>	<u>1.400</u>	<u>(457)</u>
Passivo			
Contas a pagar	(36)	(36)	-
Outros passivos	<u>(35)</u>	<u>(35)</u>	<u>-</u>
	<u>(71)</u>	<u>(71)</u>	<u>-</u>
Total de ativos líquidos identificados	<u>1.786</u>	<u>1.329</u>	<u>(457)</u>
Aportes de capital	<u>2.200</u>	<u>2.200</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.986</u>	<u>3.529</u>	<u>(457)</u>

A aquisição de Signove teve como principal fundamento a aquisição de software em desenvolvimento cuja aplicação, quando concluído, resultará na disponibilização de produto inovador e complementar aos produtos da Lifemed aos seus clientes.

Cálculo do ágio/(ganho) na aquisição

Valor da contraprestação transferida	2.200
Valor justo dos ativos líquidos recebidos	(3.529)
Valor justo da participação de não controladores	<u>1.329</u>
Ágio/(ganho)	<u>-</u>